

A FALA E A ESCRITA: AMBIGUIDADES E DIFERENÇAS ENCONTADAS

Edilma Cotrim da Silva¹

Resumo: o estudo apresentado busca refletir sobre a fala e a escrita, tendo como destaque os processos de ambiguidade gerados entre estudiosos da linguística frente aos modos de participação nas culturas do escrito de um grupo de pessoas, pertencente a uma comunidade rural de gurungueiros, denominado Laje do sapato, localizado no município de Guanambi e Pindaí, no sertão bahiano. Essas pessoas possuem diferentes experiências de escolarização, estabelecidas na tradição oral e se envolvem em práticas mediadas pela escrita. Pretende assim, deslindar como esses indivíduos, famílias e grupos sociais, em uma região com escassa produção de circulação de material escrito, participam nas culturas do escrito. Serão analisados os funcionamentos da oralidade, os modos de usar a escrita, os usos que esses indivíduos passaram a fazer da escrita, a relação entre oralidade e escrita e suas implicações nas práticas sociais e na constituição e manutenção de uma identidade gurungueira. Para o estudo será desenvolvida uma pesquisa etnográfica, utilizando narrativas e auto biografias procurando identificar as interações dos sujeitos com a escrita e o funcionamento das práticas de oralidade. Tomando como base bibliográfica os estudos de Saussure, Fiorim, Derrida, Gnerre, Calvet. Straus, Rosseau, Galvão, Zumthor, entre outros.

Palavras-Chave: Fala. Escrita. Gurungueiros. Cultura do escrito.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), linha de pesquisa Literatura, produção cultural e modos de vida. Orientadora: Profa. Dra. Edil Silva Costa. Endereço eletrônico: edilmacdas@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Partindo do princípio instaurado por Saussure, que a linguística leva em conta, que a língua é um sistema que conhece e aponta a sua própria ordem, que é uma forma, e não uma substância e que a língua é considerada em si mesma e por si mesma. O que nos conduz aqui é buscar o que transcende essa ordem rumo a compreensão da linguagem como meio de compreender a sociedade humana, trazendo contextos psicossociais, culturais e seus diversos sistemas de comunicações que levam os seres humanos a continuar suas itinerâncias geográficas.

Derrida (2014) trás uma assertiva na contraposição ao afirmar que a língua é, desde logo, contaminada por aquilo que ela não é, seu exterior, ao qual se relaciona inelutavelmente. Neste embate teórico fica evidente que o estruturalismo linguístico contribui para um conjunto hermenêutico de estudos, mas não favorece a construção de uma teia epistemológica que oportuniza, que um campo de relações em que o todo se explique pelas partes e que essas partes venham a se unir com o todo.

Diante da imensidão do universo seria ambíguo acreditar que a realidade é única, e que fatos podem ser generalizados. A desconstrução desses pontos de vistas estáticos é o objetivo central deste estudo, pois não tem como aceitar rupturas onde a teoria pode ir além. Não há como conceber conceitos que não sejam contrapostos a outros conceitos.

Retomando assim o que diz (FIORIN, 2019) é mister reconhecer as línguas como um produto do espírito humano e, como uma obra permanente, contínua, das sociedades pelo trabalho de renovação da analogia, reconhecida na sua legitimidade e universalidade.

Para a compreensão da fala e da escrita é necessário entender que, no campo da linguagem, a dobra sociocultural ganha força e determina outras possibilidades, ecoando assim no que diz Bakhtin (1995), que a linguística se apresenta aos locutores no contexto de enunciações precisas, o que implica sempre um contexto ideológico preciso. Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis. A palavra esta sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico vivencial.

Estudar a cultura do escrito em uma comunidade ágrafa tange para além dos contratos linguísticos, cabe aqui uma atenção maior, admitindo que não há um estatuto para língua, linguagem, fala e escrita.

O contexto da comunicação de oral na comunidade de Laje do sapato denuncia que há paradoxo na fala humana, de maneira que, ao mesmo tempo, que é banal e rotineira, há um descompasso entre o que se pretende dizer, com base na língua e na lógica, e aquilo que é normatizado e dito numa sociedade que usa as convenções. Ao lado dessa diferença forjada pela história dos seus moradores, é possível encontrar uma outra. Trata-se do gesto que a separa, em tudo que foi dito, o efêmero do durável. Nessas relações sociais instauram uma espécie de distinção entre os discursos que se dizem no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo de quem os pronunciou. É recorrente perceber que o que (FOUCAULT, 2000) diz: os discursos que são ditos, permanecem ditos e ainda estão por dizer. Destacando também que nem todos dizeres tem o mesmo valor, pois alguns são esquecidos quase no mesmo instante de ser proferido, outros continuam a se fazer ouvir por outras vozes e outros tempos e lugares.

Analisar apropriadamente a produção de sentidos entre fala e escrita impõe uma mudança de terreno, é imprescindível uma atitude materializada que reconheça o efeito das relações sociais que resultam de relações de classe características de uma referida formação social, amparando assim em (PÊUCHEUX, 2011).

No momento em que grupos ágrafos tomam contato com a escrita, surgem, simultaneamente, novas formas de poder a ela atrelados. Essa foi a reflexão de Lévi-Strauss. Essa, talvez foi a primeira vez que foi apontado a relação da escrita com o poder decorrente de seu domínio.

Seu símbolo fora imitado, ao passo que sua realidade continuava a ser desconhecida. E isso, com vistas a uma finalidade mais sociológica do que intelectual. Não se tratava de conhecer, reter ou compreender, mas de aumentar o prestígio e a autoridade de um indivíduo — ou de uma função — às custas de outrem (p. 281).

Ao adentrar em povoados, que aparentemente são invisibilizados, diversas inquietações nos atravessam, em Laje do sapato, elas são agudizadas. O lugar é de difícil acesso, e a ausência do estado frente a eles é denunciada, pelas ausências. Carro pequeno não chega lá. Para encontrá-los é um esforço físico demandado para quem os procuram, o abandono do estado também é evidente, não há escolas, posto de saúde e também não recebem visitas de representantes deste.

Para a busca do objetivo proposto, inicialmente, a pergunta é como lidam com a grafia estabelecida gramaticalmente? De antemão, em um levantamento anterior, junto aos moradores, foi constatado que 90% são autodeclarados como analfabetos, ou seja, não leem e não escrevem.

É necessário, portanto, revisitar teóricos e deslindar, frente aos modos de vidas dessa comunidade como essas relações de comunicações ocorrem no cotidiano. Essa busca se situa, no caso

específico da população de laje do sapato, onde aparece a nomenclatura Gurungueiros, que advém da palavra ingurunga, e assim são chamados os camponeses da porção da Caatingas da Bahia em regiões montanhosas. O significado do dicionário Ferreira (1999) evidencia, pois define igurunga como terreno muito acidentado, com subidas e descidas íngremes, quase intransitável; gurunga, gurungumba. O espaço é solidariamente ocupado, com uma diversidade de culturas produtivas, e as tradições locais selam laços comunitários.

O estudo da cultura do escrito pode nos trazer possíveis entendimentos para a equação oralidade-escrita em laje do sapato e consubstanciar outros estudos.

REFERENCIAL TEÓRICO

O primeiro objetivo do presente trabalho é desconstruir a ideia de que os gurungueiros sejam ágrafos. Segundo o Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, a palavra ágrafo tem origem por derivação do grego *gráphein*, que significa escrever, descrever e desenhar. Considerando que o prefixo de origem grega *a* significa negação, tem-se o entendimento convencional dessa palavra como algo que não possui uma escrita ou que não é ou não está escrito.

Dito isso, é uma grande imprecisão afirmar que as pessoas que não dominam, ou não utilizam uma escrita alfabética, não quer dizer que não possuíssem formas de escrita. Afinal, são incontáveis as formas de registros com intenções comunicativas, sobretudo grafismos, encontrados por antropólogos e linguistas em diversas culturas. Resta-nos compreender como lidam com a escrita gramatical, suas formas de letramento e a oralidade exercida para a manutenção de suas identidades.

Cotidianamente somos cercados pela escrita, ela está estampada frente aos nossos olhos, de diversas maneiras e dioturnamente ela nos é ensinada, desde quando nascemos até a escola. Seu domínio é demarcador de grande importância para a sociedade no que tange à ascensão social e valorização pessoal no exercício de pertencimento nas sociedades.

Ao trazer uma comunidade primária, onde não há domínio da escrita e sim da fala para essa discussão é tentador aceitar essa separação entre a fala e a escrita, pois amparada no que diz Rousseau em *Ensaio sobre a origem das línguas* já apontava os efeitos negativos da escrita sobre a fala, afirmando que as línguas foram feitas para serem faladas, e a escrita é apenas a representação da fala.

Observando, os modos de representação, de organização e de estruturação social são resultados de um processo histórico baseado na escrita, portanto a leitura e a escrita são condições indispensáveis de participação, isso significa que podemos afirmar que o fato de alguém não ler e não escrever é uma condição que a impede de participar da sociedade organizada em torno da escrita.

Essa essencialidade tão acentuada dada à escrita, acaba por ser considerada tão importante que, devido ao fato de a modalidade oral não ser relacionada a eles, acaba por ser tratada como inferior. Sobre essa questão da valorização da escrita, Gnerre (1985) explica que podemos vê-la até mesmo no modo como nos referimos às culturas orais. Isso porque essas são comumente descritas como culturas, sem tradição escrita, como se, quem não a domina e a utiliza, sofre as consequências de ser visto como inferior, pois a oralidade é tida como incompleta, parcial, pouco confiável e falsificável.

Tomando essa compreensão, é possível acertivar que a escrita possui de forma inquestionável importância em nossa sociedade, demarcando posição entre estudiosos ao afirmarem a

história da humanidade pode ser dividida em antes do domínio da escrita e depois dessa, diante disso é necessário discutir o que isso traz de implicações para nossa sociedade hoje, ou seja, o que isso representa para aqueles que ficaram fora do processo da cultura do escrito, ou melhor, para o que tiveram seus direitos cerceados ao mundo da cultura do escrito.

Calvet (2011), vai nos dizer que a escrita nasceu de uma necessidade de poder, seja religioso ou feudal. Assim, percebemos que, desde o início, a escrita esteve relacionada a poder, sendo que, de acordo com o mesmo autor, ela foi inicialmente propriedade das classes que estavam no poder (CALVET, 2011, p. 122).

Ganha força, nessa perspectiva o que diz (BAKTIM, 1995) é inegável buscar compreender o processo de produção enunciativa e as estratégias inerentes a este processo. Cabe, portanto, considerar a esfera social, o contexto imediato e o contexto mais amplos, que marcam a heterogeneidade dos sujeitos, os lugares e as posições sociais historicamente construídos e que atuam e que atuam sobre as relações estabelecidas na interação dialógica, determinando a condições de produção verbal. Sobremaneira, aspectos de ordem histórica e social, tanto do sujeito, quanto do seu interlocutor se destacam como elementos necessários tanto à compreensão da linguagem, quanto à compreensão da relação do sujeito com a própria língua.

Os estudos de letramento, consolidados no Brasil nos anos 1990, tem orientado sua atenção para os processos interacionais entre os sujeitos, buscando entender como as pessoas se apropriam da escrita devido a interesses particulares na relação com o meio social em que estão situados. Ao trazer um olhar etnográfico para o entendimento da escrita, os estudos de letramento permitem compreender o uso social da escrita de um ponto de vista das relações de poder, e dessa forma vê-lo como um processo. Sobremaneira que este estudo não está na escrita, mas

como as pessoas, usam a escrita em suas interações, como valorizam e a significam e o que fazem com ela.

Mais do que descrever de maneira mais ou menos dicotomizada as diferenças entre a cultura escrita e a oral, procuram apreender as condições sociais, históricas e técnicas em torno das quais, para diferentes casos históricos, construiu-se uma determinada cultura escrita e um conjunto determinado de impactos políticos, sociais, culturais. Passou-se, portanto, a buscar compreender não a cultura escrita em sua oposição à cultura oral, mas *culturas escritas* (GALVÃO, 2007, p. 32).

As interpretações que permeiam os dois conceitos provocaram o surgimento da ideia de uma possível dicotomia entre estes dois modos de expressão da linguagem: a oralidade e a escrita, na medida em que ao estabelecer comparações entre elas, uma (a escrita) se colocasse mais importante que a outra (a oralidade).

Assim um sistema de conhecimentos baseados na escrita, é considerado superior às formas de conhecimentos orais”. Outra característica é a de considerar a possibilidade de transpor com fidelidade os sistemas de conhecimento oral para a escrita. Pois, relaciona-se à desigualdade das posições. Nesse emaranhado das culturas, o poder daquele que domina a escrita é percebido facilmente e às claras é evidente a dominação sobre aqueles que tem apenas a palavra. Essa dominação torna-se ainda mais violenta porque, que escreve o faz na língua oficial do Estado, ao passo que as culturas orais são ditas nas diversas I variantes das línguas vernaculares.

A tradição dos oprimidos nos ensina que o “estado de exceção” em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, perceberemos que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção; com isso, nossa posição ficará mais forte

na luta contra o fascismo. Este se beneficia da circunstância de que seus adversários o enfrentam em nome do progresso, considerado como uma norma histórica. O assombro com o fato de que os episódios que vivemos no século XX “ainda” sejam possíveis, não é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável (BENJAMIN, 2007, p. 245).

Essa recusa explicitada pelo autor ganha eco ao deparáramos com as comunidades que enfrentam a ambiguidade de valoração entre as suas falas e a escrita. Mesmo sabendo quão assombroso é viver sem o domínio da escrita, estes experimentam a exceção do viver no isolamento, na invisibilidade, mas perduram, transgridem e permanecem vivos.

Assim, na perspectiva Mc Luhaniana, da oralidade à escrita se opõem globalmente dois tipos de civilização. Em um universo de oralidade, o homem, diretamente ligado aos ciclos naturais, interioriza, sem conceituá-la, sua experiência da história; ele concebe o tempo segundo esquemas circulares, e o espaço (a despeito de seu enraizamento), como a dimensão de um nomadismo; as normas coletivas regem imperiosamente os seus comportamentos. Em compensação, o uso da escrita implica uma disjunção entre o pensamento e a ação, um nominalismo natural ligado ao enfraquecimento da linguagem como tal, a predominância de uma concepção linear do tempo e cumulativa do espaço, o individualismo, o racionalismo, a burocracia... (ZUMTHOR, 1997, p. 36).

Impõe-se aqui mencionar que Zumthor classifica as relações entre forma escrita e oral em três grupos: há uma oralidade primária, em que não ocorre contato com a escrita; uma oralidade mista, na qual a escrita influencia-a de modo externo, parcial ou retardado ou em que a oralidade é (re) composta através da escrita; no terceiro grupo, ele coloca a oralidade mecânica ou tecnologicamente mediatizada.

Encontra-se aqui a desconstrução de comunidades ágrafas, pois são contemplados na oralidade primária, não há contato com a escrita, mas existe uma outra forma de registros que são chamados de letramentos. Não está presente a cultura do escrito impostos nos repertórios dos produtos impostos pelas indústrias culturais colonizadoras.

Cabe, portanto, enfatizar que uma população que não domina a escrita, mas independente de um alfabeto, de modo que suas memórias sempre estiveram guardadas e vêm sendo transmitidas a partir da oralidade e através de outras formas de escritas, elas estão presentes no cotidiano de todos, realizadas no âmbito familiar. Cada padrão gráfico tem uma denominação e é reconhecido por qualquer membro do grupo. Isso ocorre pelo significativo e dinâmico acervo criado ao longo dos anos, que constantemente conta com a inserção de novos elementos ou de novas variantes de um elemento já conhecido.

A característica multifacetada e intrincada do conceito de letramento pode ser identificada, ainda, pela variedade dos tipos de estudos que se enquadram nesse domínio. Como esclarece Kleiman (1995/2001), se o objeto de estudos de um trabalho sobre letramento tem como finalidade identificar a capacidade que têm sujeitos alfabetizados *versus* sujeitos analfabetos de refletir sobre a própria linguagem (por exemplo, falar de palavras, sílabas e assim sucessivamente), decorre que, para esse pesquisador, ser letrado significa ter desenvolvido e usar uma capacidade metalinguística em relação à própria linguagem (RIBEIRO, 1999/2002, 2001; OLIVEIRA, 2001).

Por outro lado, o letramento pode significar uma prática discursiva que está relacionada ao papel que ocupa a escrita em diferentes comunidades, grupos e classes sociais, quando, no caso, o pesquisador busca caracterizar tais práticas e processos de letramento, a fim de correlacioná-las às capacidades valorizadas e

exigidas pela escola e, logo, ao sucesso ou insucesso escolar, como nos mostram os trabalhos de diversos estudiosos, tais como: Heath (1986a, 1986 b, 1983); Cook-Gumperz (1991); Rojo (1995/2001, 1998, 1994), dentre outros.

Estando sempre em condição provisória de constituição, o processo de letramento engloba, pois, desde a apropriação mínima da escrita, a exemplo dos chamados de analfabetos e, no entanto, são letrados, uma vez que identificam endereços, viajam no ônibus correto, conhecem dinheiro e seus respectivos valores etc, o diferencial é que não escreve e não lê o que é regulamentado pela escrita escolar. Letrado é, portanto, o indivíduo que exerce efetivamente as práticas sociais relacionadas à escrita, ou seja, participa de forma competente de 'eventos de letramento' nas diversas esferas sociais da atividade humana e não apenas aquele que faz um uso formal da escrita.

Uma explicação muito pertinente é encontrada em Calvet (2011), a escrita nasceu de uma necessidade de poder, seja religioso ou feudal. Assim, percebemos que, desde o início, a escrita esteve relacionada a poder, sendo que, de acordo com o mesmo autor, ela foi “inicialmente propriedade das classes que estavam no poder” (CALVET, 2011, p. 122). Isso porque, de acordo com ele, “o poder não é resultado do conhecimento do alfabeto, mas das condições políticas e sociais” (CALVET, 2011, p. 135).

É necessário, portanto, estudos que buscam ampliar a nossa compreensão sobre as relações que se estabelecem entre o escrito e outras dimensões da linguagem. Embora esse tipo de estudo não constitua uma via de entrada propriamente dita para compreender a cultura escrita, ele é essencial, pois não se pode compreender, com a necessária profundidade, o papel que o escrito ocupa em determinadas épocas e para certos grupos sociais, sem analisar o lugar ocupado por outras linguagens no mesmo contexto.

Urge insistir na necessidade de não dicotomizar oralidade e cultura escrita, especialmente em um País como o Brasil, de escolarização, de imprensa e de generalização da alfabetização recentes, pois, em muitos casos, a aproximação com a cultura escrita dá-se, exatamente, por meio de sociabilidades em que há predominância da palavra oralizada.

OS GURUNGUEIROS E A CULTURA DO ESCRITO

Tendo em conta que ler é decodificar signos, quaisquer que sejam estes, poderíamos pensar as várias leituras possíveis de um mesmo texto/contexto o que esvazia a concepção de leitores passivos. Não existe passividade na leitura, tanto quanto na escritura: quem lê/escreve o faz de uma determinada posição/lugar com seus olhos, olhar dado pelo lugar que ocupa no mundo, pela interação que estabelece com esse mundo, por sua história de vida e pela relação social construída por um dado povo, no caso os povos gurungueiros da Laje do Sapato.

Após seis meses de convivência in lócus, evidenciou-se que a cultura do escrito não contribui para a manutenção da identidade coletiva, a oralidade é quem assume o papel de repasse de modos de vidas, memórias passadas e presentes. Se auto definem que ser gurungueiros é morar em cima dos morros e subir ladeiras. Após um georeferenciamento da área, onde habitam, ficou comprovado que estão certos, pois estão assentados sobre um morro, a mil metros acima do mar, acrescentam também que suas identidades compõem do viver do que a terra provem, sabem que seus antepassados foram fugitivos, no caso da comunidade em estudo, contam que são decendentes dos povos escravizados. Quando perguntados, por que não existe escola na comunidade? Respondem igualmente: somos pobres, somos pretos e ninguém importa com a gente. Evidencia-se, portanto, a ambiguidade da

escrita, pois dela é esperada a libertação, a autonomia e aproximação social.

Forma-se, portanto um poder estabelecido pela linguística, muito evidente e fácil de comprovar, só em 1985, no Brasil, as pessoas que não tinham o domínio da leitura e da escrita puderam votar nos seus representantes. Confirmando isso Calvet (2007) diz: essas podem ser entendidas como a “determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade” (CALVET, 2007, p. 11).

Forma-se, portanto um poder estabelecido pela linguística, muito evidente e fácil de comprovar, só em 1985, no Brasil, as pessoas que não tinham o domínio da leitura e da escrita puderam votar nos seus representantes. Confirmando isso Calvet (2007) diz: essas podem ser entendidas como a “determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade” (CALVET, 2007, p. 11).

Os gurungueiros tem consciência do que representam para o estado, sabem que são invisíveis e que suas existências dependem deles unicamente. O fato de muitos não terem nenhuma documentação de identificação delata e deslinda a falta de importância que é dada à uma população que domina uma oralidade primária, e que a escrita não está ausente, pois são capazes de ousarem a construção de um letramento, onde demarcas de terras são feitas através de árvores, córregos, valas, pedras entre outros elementos simbólicos do existir geográfico e subjetivo da comunidade, foi encontrado também lista de feira, com traços e marcas, que aos olhos de quem pesquisa e vive na cultura do escrito é incapaz de saber do que se trata, mas eles entendem muito bem cada signo ali presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É bom lembrar que, assim como a oralidade não desapareceu com o fortalecimento e predomínio das culturas quirográfica e impressa, certos traços que lhe definem também podem sobreviver às modificações impostas pela indústria cultural. Então, embora o universo de oralidades primárias esteja muito distante no tempo, ainda temos na voz o meio mais espontâneo e natural de expressão, para o bem ou para o mal do indivíduo.

Em contexto no qual a forma dominante e privilegiada de expressão é a escrita, oralidade é sinônimo de popular ou folclórico, e o lugar que a manifestação da voz tem na escola, de forma geral, denuncia essa posição subalterna.

Nascemos dotados de uma voz que empregamos naturalmente desde os primeiros instantes de nossa existência; o aprendizado da fala também ocorre com naturalidade através da interação com outros seres, ao contrário da escrita, que não surge espontaneamente no sujeito, mas só é adquirida com a intervenção de especialistas, encontrados, na moderna configuração social, na escola.

Não se pode negar a relevância da escrita e de outras tecnologias ocidentais para os que não a dominam. As críticas à imposição da escrita, se dão com o intuito de mostrar a importância de proporcionar condições para que essas culturas, ou os seus componentes, possam se apropriar da escrita como um recurso e integrá-la a sua própria cultura, sem que para isso, precisem abandonar a sua identidade cultural e se ver obrigadas a assimilar-se às culturas dominantes.

A escrita é uma forma de preservar os conhecimentos, no entanto, isso não significa menosprezar ou considerar como inferior o conhecimento que se adquire por meio da tradição oral.

há a necessidade de descolonizar a erudição e descentralizar os lugares de enunciação epistemológica.

Assim, para uma melhor estruturação do conhecimento, é preciso dar voz aos mais variados povos e culturas; há muitos povos que são silenciados pela opressão da cultura dominante do outro.

Estamos hoje em uma era da tecnologia, na qual conhecimento e a documentação são impressos, ou melhor, digitalizados; seguramente que esses avanços, têm o seu lado positivo, no entanto, não podemos olhar para a cultura do outro como algo subalterno, inferior. As tradições orais têm o seu lado positivo dentro das suas especificidades e passam por transformações dentro da sua própria dinâmica. Devemos valorizá-las e reconhecê-las como formas de representar as suas culturas, como outras formas de transmissão de conhecimento.

A sociedade ocidental moderna se apega unicamente ao que pode ser considerado como a novidade do momento e passa a caracterizar como inútil uma série de elementos que um dia esteve presente dentro do seu próprio contexto.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Veja, 1992.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2000.

BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHINOV, V. N. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. ed. 7. Hucitec: São Paulo, 1995.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história. In: *Obras Escolhidas vol 1, Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 241-252.

CALVET. L. J. *Tradição oral & tradição escrita*. São Paulo: Parábola Editorial: 2011.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo, Perspectiva, 1973.

DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. São Paulo, Perspectiva, 2002.

DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elisabeth. *De que amanhã...* Rio de Janeiro:

Zahar, 2004.

DELEUZE, Gilles. Em que se pode reconhecer o Estruturalismo? In: CHÂTELET, François (Org.). *História da filosofia-idéias, doutrinas*. Vol 8. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira et al (Org.). *História da da cultura escrita: séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 9-46.

GENERRE, M. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo, Cia das Letras, 2004.

KLEIMAN, A. B. 2003. Avaliando a compreensão: Letramento e discursividade nos testes de leitura. In: RIBEIRO, V. M. (Org.). *Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001*. São Paulo: Global, p. 209-225.

KLEIMAN, A. B. 1995/2001. (Org.). *Os significados do letramento: Uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas-SP: Mercado de Letras.

MARIANI, B. Textos e conceitos fundadores em Michel Pêcheux: uma retomada em Althusser e Lacan. *Alfa: revista de Linguística*, São Paulo, v. 54 n. 1, 2010.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz. A "literatura" medieval*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

ZUMTHOR, Paul. *Introdução à poesia oral*. São Paulo: Hucitec, 1997.